

APRESENTAÇÃO

É difícil encontrar inspiração para escrever num momento em que o mundo atravessa uma pandemia. Diante da crise humanitária que bate a nossa porta, fica sempre aquela pergunta sobre o que teríamos a dizer nesse momento. Será mesmo que é tão importante pensar sobre a segurança pública quando os paradigmas de nossa vida cotidiana são reconfigurados? Eu responderia com um sonoro sim. Os dois dossiês inseridos nessa edição, juntamente com uma nota técnica, apontam para dilemas que precisamos enfrentar especialmente durante este período *sui generis* se quisermos que a segurança pública saia mais deteriorada dessa crise.

O dossiê “Forças Armadas e Segurança Pública na América Latina” foi pensado ainda no contexto da intervenção federal do Rio de Janeiro em 2018. As reflexões sumarizadas nos seis textos, juntamente com a apresentação dos nossos editores convidados, apontam para os efeitos permanentes que essa experiência parece ter não apenas na cidade maravilhosa, mas sobretudo no Brasil contemporâneo. Afinal, cada vez mais as Forças Armadas são apresentadas pelo Governo Federal como a “mão amiga” disposta “a salvar a pátria” nos momentos de calamidade, palavra que ganha contornos cada vez mais elásticos num contexto de disseminação de coronavírus.¹ Talvez, a leitura desses textos nos ajude a pensar em outras alternativas ou em formas de nos opor à militarização da vida cotidiana quando o linguajar da guerra passa a compor cada vez mais o nosso vocabulário cotidiano.

Já o dossiê sobre “Sentidos do fazer judicial e policial: administração de conflitos e Sistema de Justiça”, pensando também no ano de 2018, chama a atenção para como a ampliação do “acesso à justiça”, prometido pela Constituição Federal de 1988 por meio da criação e reformulação de algumas instituições, encontra limites na prática cotidiana de algumas agências. Como as organizadoras dessa seção destacam, essa não poderia ser uma temática mais relevante, num contexto em que as atividades dos tribunais estão parcialmente suspensas ou em fase de reformulação para que possam ser realizadas à distância. Cabe àqueles que precisam de uma resposta da justiça a difícil tarefa de esperar...

O teletrabalho implica em desafios imediatos para policiais, promotores, defensores e juízes que se veem diante do enorme desafio de atender às demandas da população – por registro de crimes, por providências de medidas protetivas e cautelares, por liberação de presos que compõem o chamado “grupo de risco”. Mas aparentemente esses atores não sabem ao certo como responder a essas emergências à distância, mesmo que tais demandas definitivamente não possam aguardar o fim da pandemia para uma resposta. Em que medida esses atores serão capazes de ter a sensibilidade necessária para tornar as suas atividades mais próximas (virtualmente em detrimento de fisicamente) de todos os cidadãos é algo que, sem a menor sombra de dúvidas, merece a nossa atenção.² Mesmo porque, como nos mostra os resultados da intervenção federal no Rio de Janeiro, a ação política pode ser temporária, mas alguns de seus efeitos – especialmente os simbólicos – tendem a ser permanentes.

Encerramos essa edição com a nota técnica sobre o estágio supervisionado e a formação do futuro delegado de polícia. A segurança pública em tempos de coronavírus demanda profissionais mais conectados com a tecnologia e com indivíduos que precisam registrar os crimes de que foram vítimas sem se aproximar

¹ Nesse sentido, recomendo o artigo do professor Arthur Trindade Costa “Braço forte, mão amiga”, publicado no *Fonte Segura* 33, para um melhor entendimento do protagonismo assumido pelas Forças Armadas no contexto da pandemia de COVID-19. O texto está disponível em: <https://fontesegura.org.br/news/>

² Para uma excelente discussão sobre o tema, sugiro a leitura do livro de Jacqueline Sinhoretto, intitulado “A justiça perto do povo: reforma e gestão de conflitos”, publicado pela editora Alameda em 2011.

fisicamente de uma delegacia de polícia. Novas pressões se colocam sob o setor. Como combinar essas exigências sem precedentes na história moderna, com um cenário de carência de recursos (como os Equipamentos de Proteção Individuais demandados para o trabalho na linha de frente em tempos de epidemia), e, provavelmente, de concursos é uma indagação que começa a se delinear. Fica então o nosso convite para que novas reflexões sobre o tema sejam encaminhadas para as próximas edições da Revista Brasileira de Segurança Pública.

Ludmila Ribeiro (CRISP / UFMG)

Editora assistente da RBSP

REVISTA
BRASILEIRA
DE **SEGURANÇA PÚBLICA**